



PROJETO DE LEI Nº 2023
(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Estabelece a isenção do IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos mobiliários) sobre as operações de crédito e de seguros realizadas pelos taxistas, motoristas de aplicativos e pessoas autorizadas a atuar no transporte de passageiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentas do IOF (Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativo a títulos mobiliários) sobre as operações de crédito e de seguros realizadas pelas seguintes pessoas físicas:

I - motoristas profissionais que exerçam a atividade de transporte individual de passageiros - Taxista;

II - que prestam o serviço remunerado de transporte de passageiros, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede;

III - autorizadas a atuar na atividade de condutor de veículo de transporte de passageiros – Escolar.

Art. 2º A alienação do veículo adquirido com o benefício tributário só poderá ocorrer após quatro anos contados da sua aquisição.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Art. 3º O poder executivo estabelecerá a forma de compensação financeira prevista nesta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de Junho de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 22/06/2023 11:46:32.433 - Mesa

PL n.3227/2023





JUSTIFICATIVA

O IOF é um tributo federal, que incide sobre operações de crédito, câmbio, seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários. O IOF incide, por exemplo, nas operações de financiamento para a compra de veículo automotor.

O presente projeto de lei tem por objetivo conceder isenção do IOF sobre as operações de crédito e sobre as de seguros realizadas pelas pessoas físicas que:

- I - sejam taxistas, definidos legalmente como motoristas profissionais que exerçam a atividade de transporte individual de passageiros, na categoria de aluguel (táxi);
- II - sejam motoristas de aplicativos de transporte individual de passageiros, prestando, pois, o serviço remunerado de transporte de passageiros, para a realização de viagens individualizadas ou compartilhadas solicitadas exclusivamente por usuários previamente cadastrados em aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede;
- III - estejam legalizadas e autorizadas para o exercício da atividade de condutor de veículo destinado à condução de escolares.

A intenção do financiamento é para facilitar que o comprador adquira o veículo num acordo vantajoso para ambas as partes envolvidas. A proposição configura, pois, um instrumento tributário de realização de ações afirmativas.

Por essas razões, considerando a relevância do tema, contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala das Sessões, 22 de Junho de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

